



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO
CNPJ: 01.614.862/0001-77
Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493
CEP: 35.568-000 - Minas Gerais
Telefax.: (37) 3322-9144 | www.corregofundo.mg.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2021

O **MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG**, com sede na Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493, Bairro Mizael Bernardes, na cidade de Córrego Fundo-MG, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 01.614.862/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. **DANILO OLIVEIRA CAMPOS**, doravante denominado órgão gerenciador do Pregão, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 008/2021, processo administrativo nº 011/2021, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios para atendimento da demanda do Município de Córrego Fundo/MG, especificado (s) no Termo de Referência, Anexo II do edital de Pregão nº 008/2021, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

RAZÃO SOCIAL: M.O.T.A. COMERCIAL LTDA - EPP
CNPJ: 21.465.264/0001-90
ENDEREÇO: Rua Delmira Gonçalves, Nº 360, Bairro Garcias
CIDADE: Itaúna/MG
CEP: 35681-013
REPRESENTANTE: Adriana Gonçalves de Carvalho Rabelo
CPF: 838.216.436-68
TELEFONE: (37)3242-2880
E-MAIL: licitacaomotacomercial@hotmail.com

Imanol



Fornecedor: 005972 - MOTA COMERCIAL LTDA

Item	Unidade	Marca	Quantidade	Qtd Fornecer	Valor Unitário	Valor Total
00002	Embalag	CRISTAL DE MINAS	550.0000	550.0000	12.1900	6.704.5000
AÇÚCAR TIPO CRISTAL / 5 KG: AÇÚCAR DE ORIGEM VEGETAL, BRANCO, CONTENDO NO MÍNIMO 98,3% DE						Consumo /
00003	Embalag	AMARAL	460.0000	460.0000	18.4000	8.464.0000
ARROZ / 5 KG: ARROZ AGULHINHA, TIPO 1, BENEFICIADO, POLIDO, COM NO MÍNIMO 90% DE GRÃOS						Consumo /
00007	Embalag	GLOBO	300.0000	300.0000	3.0000	900.0000
FARINHA DE TRIGO / 1 KG: ESPECIAL COM FERMENTO, TIPO 1, EM EMBALAGEM POLIETILENO ATÓXICO,						Consumo /
00009	Embalag	SANTA AMALIA	300.0000	300.0000	0.8900	267.0000
GELATINA EM PÓ / 0,35 GRS: SABORES VARIADOS COM 29 KCAL E 100MG DE SÓDIO PARA UMA PORÇÃO DE						Consumo /
00012	Embalag	DOM SAPORE	841.0000	841.0000	2.0800	1.749.2800
MACARRÃO ESPAGUETE / 500 GRS.: N.º 08; SECA, COM OVOS; FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIA-PRIMA						Consumo /
00014	Embalag	ABC	850.0000	850.0000	7.4700	6.349.5000
ÓLEO DE SOJA / 900 ML: ÓLEO, COMESTÍVEL, VEGETAL DE SOJA, PURO, REFINADO SEM COLESTEROL, RICO						Consumo /
00015	Embalag	MATUTO	470.0000	470.0000	4.9000	2.303.0000
POLVILHO AZEDO / 1 KG: COLORAÇÃO BRANCA, ISENTO DE SUJIDADES, COM DATA DE FABRICAÇÃO E						Consumo /
00017	Embalag	TIAL	830.0000	830.0000	1.4500	1.203.5000
SUCO SEM CORANTE / 200 ML: SUCO PRONTO PARA BEBER, SABOR LARANJA, SEM CORANTES ARTIFICIAIS,						Consumo /
00018	Embalag	TIAL	1.250.0000	1.250.0000	1.5000	1.875.0000
SUCO SEM CORANTE / 200 ML: SUCO PRONTO PARA BEBER SABOR DE MORANGO, SEM CORANTES						Consumo /
00019	Embalag	TIAL	1.250.0000	1.250.0000	1.5000	1.875.0000
SUCO SEM CORANTE / 200 ML: SUCO PRONTO PARA BEBER SABOR DE UVA, SEM CORANTES ARTIFICIAIS,						Consumo /
Total do Fornecedor						31.690.78

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública da utilização da ata de registro de preços.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do



instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

- 3.4. *Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas a aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).*
- 3.5. *Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.*
- 3.6. *Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.*
- 3.6.1. *Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.*

4. VALIDADE DA ATA¹

- 4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 05 (cinco) meses, com termo inicial em 07 / 06 / 2021 e termo final em 06 / 11 / 2021, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 5.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 5.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

¹**Nota Explicativa:** A Ata de Registro de Preços pode ter sua validade fixada por prazo inferior a 12 (doze) meses, podendo ou não ser prorrogada, a critério da Administração, respeitado, contudo, o prazo total de 12 (doze) meses (art. 12 do Decreto nº 7.892/13).



5.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.4.1, 5.4.2, 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.8.1. por razão de interesse público; ou

5.8.2. a pedido do fornecedor.

6. DAS PENALIDADES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO
CNPJ: 01.614.862/0001-77
Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493
CEP: 35.568-000 - Minas Gerais
Telefax.: (37) 3322-9144 | www.corregofundo.mg.gov.br

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão par o Registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG, 07 de junho de 2021.

Pregoeiro e Equipe de Apoio – Portaria nº 0127/2021

Luís Henrique Rodrigues
Pregoeiro

Franciely Maria de Faria
Equipe de Apoio

Marli do Carmo de Faria
Equipe de Apoio



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO
CNPJ: 01.614.862/0001-77
Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493
CEP: 35.568-000 - Minas Gerais
Telefax.: (37) 3322-9144 | www.corregofundo.mg.gov.br

MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG
CNPJ: 01.614.862/0001-77
Danilo Oliveira Campos
Prefeito Municipal

M.O.T.A. COMERCIAL LTDA - EPP
CNPJ: 21.465.264/0001-90
Adriana Gonçalves de Carvalho Rabelo
CPF: 838.216.436-68

TESTEMUNHAS:

1. Alino Patrícia da Silveira Leal

CPF: 016.305.096-12

2. Gabriel Thais Pereira

CPF: 139.339.776-07